

31 JAN 1997

Só escola com associação de pais terá verba do MEC

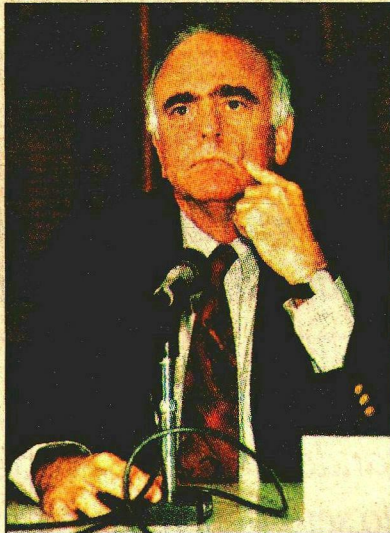
As escolas de ensino fundamental com mais de 150 alunos têm até o dia 30 de abril para criar Associações de Pais e Mestres (as chamadas APMs) ou caixas escolares, sob pena de não receberem recursos diretos do Ministério da Educação. O prazo foi estabelecido pelo ministro Paulo Renato Souza, em encontro com os secretários Estaduais de Educação. Este ano, serão enviados diretamente às instituições de ensino R\$ 300 milhões.

Os recursos são utilizados para custeio. Por meio da criação das chamadas "unidades executoras", o MEC pretende garantir o controle social sobre o uso da verba.

"Sejam APMs ou caixas escolares, as escolas terão de formar um entidade de caráter privado, com participação de pais e professores, e abrir uma conta bancária para onde será enviado o dinheiro", explicou o ministro. No caso das escolas menores, a idéia é de que se unam em torno de uma instituição maior, que passaria a ser responsável, uma central, pela distribuição das verbas.

O MEC pretende em dois anos descentralizar também os recursos para reforma e ampliação — este ano equivalentes a pouco mais de R\$ 100 milhões, e as verbas para a merenda escolar. São Paulo já se enquadra nas exigências do ministério para recebimento direto de

André Brant



Paulo Renato: R\$ 300 milhões enviados diretamente às escolas

verbas, segundo a secretária Rose Neubauer.

FUNDO

O encontro de ontem também serviu de alerta para que estados e municípios se preparem para a implantação do Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental, que passa a vigorar compulsoriamente em 1º de janeiro de 1998 com uma previsão de investimento de R\$ 12 bilhões anuais.

Paulo Renato lembrou que, mesmo sem o fundo, já é obrigatória a aplicação de 15% da receita no en-

sino fundamental, e de 60% dos 15% na melhoria salarial do professor.

No encontro com os secretários de Educação, o ministro criticou especialmente os planos de carreira, destacando as diferenças de níveis entre o salário inicial e o final. "A diferença entre o piso e o máximo é de até sete por um", afirmou, explicando que não é possível aumentar o mínimo sem a revisão da carreira.

O governo pretende que a média salarial, a partir da implantação do fundo, fique em torno de R\$ 300,00. Outra falha apontada é o incentivo dado a atividades extraclasses. "Queremos que o trabalho dentro da sala de aula seja valorizado."

Segundo Paulo Renato, os governos do Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná já demonstraram interesse em implantar o fundo ainda este ano. O governo federal participará com R\$ 600 milhões, mas só vai entrar com recursos onde não for atingido o investimento mínimo de R\$ 300,00 por aluno/ano, o que deve acontecer em todo o Nordeste e no estado do Pará.

"Em São Paulo, ainda estamos avaliando se adotaremos o fundo este ano ou não", explicou a secretária Rose Neubauer. Segundo ela, o estado aplicará anualmente R\$ 4 bilhões no ensino fundamental.